

Reforma Tributária no Brasil: Visão Geral

A Reforma Tributária sobre o consumo foi promulgada como **Emenda Constitucional 132/2023** (EC 132/2023) em 21 de dezembro de 2023 e regulamentada pela **Lei Complementar 214/2025** (LC 214/2025), sancionada em 16 de janeiro de 2025 ¹ ². Em linhas gerais, o modelo extingue gradualmente os tributos federais **PIS/Cofins**, estaduais **ICMS** e municipais **ISS**, substituindo-os por um IVA dual: a **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)** federal e o **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)** dos estados/municípios. Esses novos tributos terão base ampla (incidindo sobre bens materiais, imateriais e serviços) e sistema não-cumulativo com créditos, conforme explica o Ministério da Fazenda ³ ⁴.

Principais características: IBS (estadual/municipal) e CBS (federal) funcionarão como um IVA moderno, aplicando-se no local de consumo (destino) e permitindo crédito integral de tributos pagos nas etapas anteriores ³ ⁵. A legislação será uniforme em todo o país ⁵. Em suma, a carga de IBS+CBS deve ser calibrada para compensar as alíquotas atuais: estudos indicam alíquota combinada em torno de 25–28% (por exemplo, ~18,7% IBS + 9,3% CBS) ⁶ ⁷ (fonte a validar). Haverá alíquotas diferenciadas (isenções para cesta básica, setores sociais, imposto seletivo sobre itens nocivos etc.). Em estrutura, prevê-se que a **CBS** substitua PIS, Cofins (e a maior parte do **IPI**), enquanto o **IBS** unifica ICMS e ISS (apenas IPI remanescente na Zona Franca de Manaus) ⁸ ⁹. O Imposto Seletivo (IS) novo incidirá sobre produtos nocivos (cigarro, álcool, veículos poluentes, etc.). Em resumo: **extinguirão gradualmente** PIS/Cofins, ICMS e ISS ¹⁰ ¹¹, e **criam-se** IBS, CBS e IS ¹² ¹³. Em tributos mantidos, o **IPI** terá alíquota geral zerada (salvo zona franca) ¹⁴.

Regras de NF-e/NFC-e: O modelo exige adaptações no XML da nota fiscal. A NT 2025.002 (RTC) incluiu novos campos para IBS, CBS e IS nas NF-e/NFC-e ¹⁵. Em 2025 (fase de testes) esses campos são opcionais, tornando-se obrigatórios em 2026 ¹⁵ ¹⁶. Adicionalmente, a NT 2025.001 introduziu o **QR Code v3.0** na NFC-e, eliminando o velho CSC (código de segurança do contribuinte) e reforçando a segurança do QR Code ¹⁷ ¹⁸. Sistemas e ERPs fiscais precisarão incluir grupos adicionais (ex. grupo “ICMSTot” com `<vBCIBS>`, `<pIBS>`, `<vIBS>`, `<vBCCBS>`, `<pCBS>`, `<vCBS>`) e validar a “CST-IBS/CBS” e “cClassTrib” conforme tabelas oficiais ¹⁹ (fonte a validar).

Impactos na Economia e nas Empresas

A mudança simplificará o sistema, mas criará desafios de transição. Especialistas alertam que, sem regras claras, a inclusão de IBS/CBS nas bases de cálculo de ICMS/ISS/IPI pode criar tributação em cascata ²⁰. Por exemplo, estados sinalizam incluir IBS e CBS na base do ICMS/ISS para manter a arrecadação nos anos iniciais ²¹ – medida contestada pois a PEC original até proibia isso ²⁰ (para corrigir, tramita o PLP 16/2025 excluindo esses tributos da base tributável). Em termos de carga, o governo afirma que não haverá aumento líquido de impostos – as alíquotas serão ajustadas para compensar perdas (alíquotas-referência serão fixadas anualmente pelo Congresso para manter receita ²²). Consumidores devem sentir preços semelhantes no início, mas ganhos de competitividade podem aumentar renda a médio prazo ²³. Para as empresas, os impactos incluem reprogramação de sistemas, troca de guias de recolhimento e mudança de planejamento financeiro. Escritórios contábeis destacam riscos de conflito jurídico no período de transição ²⁰, além da pressão de caixa: por exemplo, operações de faturamento antecipado passarão a gerar NF-e imediata (finalidade 6) com recolhimento de IBS/CBS no ato ²⁴ ²⁵.

No Simples Nacional, a unificação mantém o regime único ²⁶, mas prejudica créditos: hoje empresas Simples podem usar crédito de PIS/Cofins de 9,25%; com a nova CBS esse crédito cai muito ²⁷, podendo forçar adesão ao regime “normal” para manter competitividade. Em resumo, **impacto para empresas**: redução da burocracia no longo prazo, mas custos iniciais de adaptação e gestão de caixa; **para contribuintes e contadores**: necessidade de recálculo de tributos em cada operação e revalidação de procedimentos (verificações de novos códigos fiscais); **para consumidores**: benefícios potenciais via simplificação e cashback social, mas mudança gradual nos preços.

Exemplos de Cálculo Antes e Depois (com Fórmulas)

A título de ilustração, considere a venda de uma mercadoria por **R\$100** (valor líquido). Hoje, com ICMS de 18% “por dentro” e PIS/Cofins (1,65% e 7,6%), teríamos:

- **ICMS (por dentro):** $ICMS = \frac{100 \times 18\%}{1 - 18\%} \approx 21,95$ (pré-cálculo embutido no preço) ²⁸.
- **PIS:** $100 \times 1,65\% = 1,65$; **Cofins:** $100 \times 7,6\% = 7,60$.
- Total tributos atuais \approx R\$31,20 (destacados no documento, descontando créditos possíveis).

No **novo modelo (IBS/CBS)**, suponha alíquota IBS = 18,7% e CBS = 9,3% (total 28%) ⁷. Como o imposto é “por fora”, calcula-se sobre a base: - IBS = $100 \times 18,7\% = 18,70$; CBS = $100 \times 9,3\% = 9,30$.
- Total IBS+CBS = R\$28,00.

Cada empresa deduz créditos já pagos no processo. Por exemplo, na cadeia industrial: o produtor rural vende a fruta por R\$10 (IBS 10% fictício = R\$1) e o fabricante vende o suco por R\$15. Valor agregado = R\$5, IBS devido = 10% de 5 = R\$0,50. O varejista vende por R\$25, valor agregado = R\$10, IBS = R\$1, total final R\$2,50 (soma dos tributos das etapas) ²⁹ ³⁰. Em fórmula geral de IVA: para cada etapa, *Imposto de Valor Agregado* = $(\text{Preço de Venda} - \text{Preço de Compra}) \times \text{alíquota}$ ³¹. Note que no modelo atual, pagaríamos ICMS sobre todo o preço; no IVA só pagamos sobre valor agregado.

Fórmulas resumidas: no modelo por fora (IBS/CBS) usa-se:

$$v_{IBS} = \text{Base de Cálculo} \times (\text{alíquota_IBS}/100), \quad v_{CBS} = \text{Base de Cálculo} \times (\text{alíquota_CBS}/100).$$

No modelo antigo (ICMS por dentro): $ICMS = \frac{\text{Base} \times \text{aliqu_ICMS}}{1 - \text{aliqu_ICMS}}$.

Validação Fiscal: NCM, CST/CSOSN, CFOP e Tabelas

As obrigações acessórias e tabelas fiscais foram atualizadas. **NCM** (classificação de mercadorias) continua seguindo as tabelas oficiais da Receita (são revistas via informes técnicos periódicos ³²). Não houve mudança nos NCM pela reforma, mas novas notas técnicas atualizam códigos (por exemplo, IT 2024.001 v2.10 atualizou a tabela NCM em 2024 ³²).

Para **CST/CSOSN**, surgem novos códigos específicos de IBS/CBS. Em julho de 2025, a RFB publicou o Informe Técnico 2025.002 v1.11 com a “Tabela de Código de Classificação Tributária do IBS e da CBS” e

indicadores de preenchimento (CST-IBS/CBS) ¹⁹. Cada item da NF-e deverá indicar o *CST-IBS* ou *CST-CBS* e o código de classificação tributária correspondente, conforme essa tabela (grupo UB no XML) ¹⁹ (fonte a validar). Há também tabela de *indicadores de obrigatoriedade* que orienta quando tais campos são exigidos ³³, e tabela de códigos de crédito presumido de IBS/CBS ³⁴. O **CSOSN** (códigos do Simples Nacional para PIS/COFINS) mantém regras atuais, mas sua lógica de apuração poderá ser alterada em instruções futuras.

Para **CFOP**, além das já existentes, foram criados códigos específicos. Ex.: o *Ajuste SINIEF 10/21* introduziu o CFOP 3.552 (“Entrada de produtos destinados ao uso/consumo”), que foi incluído no quadro da NF-e em 2024 ³⁵ ³⁶. Em 2025, fica obrigatório emitir Nota Fiscal com “Finalidade 6 – Nota de Débito” para faturamento antecipado (substituindo facultativamente os antigos CFOP 5.922/6.922) ²⁴ ²⁵. Isso significa que em vendas para entrega futura o IBS/CBS já incidem no momento do faturamento ²⁵ (impactando capital de giro das empresas). As secretarias estaduais definirão outros CFOPs se necessário para detalhar a nova tributação em operações interestaduais.

Cronograma de Implementação

A implantação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033 ³⁷ ¹¹. O calendário oficial determina:

- **2024–2025:** Aprovação de leis complementares (regulamentando IBS/CBS, Conselho Gestor do IBS, fundo regional, ressarcimento de créditos de ICMS etc.) ³⁸. Em jan/25 sancionada a LC 214/2025.
- **2026:** *Fase de testes* – IBS e CBS entram em vigor a alíquotas reduzidas (IBS 0,1%; CBS 0,9%) e tributos atuais permanecem, permitindo cobrança simulada nos documentos fiscais. Valores recolhidos podem ser compensados ou restituídos contra PIS/Cofins ³⁷.
- **2027:** CBS cobre as alíquotas cheias e PIS/Cofins são extintos; IPI (exceto ZFM) cai a zero; inaugura-se o Imposto Seletivo (IS) sobre bens nocivos ³⁹.
- **2028:** (Transição) – avaliação de incentivos fiscais e ajustes de alíquotas.
- **2029–2032:** Transição plena – anualmente reduz-se ICMS/ISS em 10% e aumenta-se IBS em 10% (por exemplo, IBS=10% em 2029; 20% em 2030; 30% em 2031; 40% em 2032) ¹¹.
- **2032:** Extinção final do ICMS e ISS; encerramento de regimes especiais; pagamento de créditos acumulados de ICMS até 2032 será parcelado em até 240 meses ⁴⁰.
- **2033:** Reforma em plena vigência – ICMS, ISS e (em geral) IPI extintos, novo IVA integral ⁴¹.

Esse cronograma oficial mantém neutralidade orçamentária: as alíquotas de referência fixadas anualmente compensarão as receitas dos entes ²². Por exemplo, em 2033 as receitas originalmente de ICMS/ISS terão sido transferidas aos estados/municípios via IBS e ao governo federal via CBS.

Legislação e Normativos Relevantes

Propostas Constitucionais: PEC 45/2019 (Baleia Rossi) e PEC 110/2019 foram base para a reforma do consumo. PEC 45 resultou na EC 132/2023 ². Houve vários textos apensados, mas o fundamental foi aprovado em 2023.

Emenda Constitucional: EC 132/2023 (“Reforma do Consumo”) alterou o artigo 195 e incluiu o 156-A, criando o IRS compartilhado ¹². **Lei Complementar:** LC 214/2025 instituiu IBS, CBS e IS ¹², criou o Conselho Gestor do IBS e definiu regras gerais do IVA (artigos 1–4) ¹² ⁴². Esse é o diploma principal regulamentador.

Complementares e Decretos: Em 2025/2026 devem sair Leis Complementares detalhando a alíquota padrão e regime de transição (a constituição permite rateio federal/estadual, definindo percentual de

recolhimento, etc.). No Senado, tramita o **PLP 108/2024**, criando o Comitê Gestor do IBS (integrado por União, estados e municípios) ⁴³, responsável por regulamentar o novo sistema e coordenar com a Receita Federal. A Receita Federal também emite Instruções Normativas e Notas Técnicas (por exemplo, NT 2025.002 para NF-e) detalhando validações.

Regulação Operacional: Ajustes SINIEF do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) continuam válidos para ICMS/ISS até 2033. Novos ajustes (por exemplo, sobre CFOP ou empréstimo de créditos) podem surgir. O Comitê Gestor do IBS editará resoluções próprias para o IBS/CBS, e a Receita Federal fará atos sobre a CBS. Todos os atos oficiais publicados serão base para implantação (ex.: NT 2025.002 do NF-e ¹⁵, NT 2025.001 do NFC-e, etc.).

Tabelas Comparativas e Alíquotas

Tributo/ Regime	Situação Atual	Situação Pós-Reforma*
PIS/Cofins	Federais, alíquotas cumulativa de 9,25% (não cumulativa: 1,65%+7,6%) sobre base.	Extintos (até 2027). Substituídos pela CBS federal.
CBS	– (novo)	Contribuição federal IVA. Alíquota padrão ~8–10% estimada (ex. 9,3%) ⁷ . Não cumulativa, ampla.
ICMS	Estadual, média ~18% (varia por Estado e produto); “por dentro”.	Extinto (até 2033). Substituído pelo IBS estadual/municipal.
ISS	Municipal, geralmente 2–5% (varia por município/serviço).	Extinto (até 2033). Substituído pelo IBS estadual/municipal.
IBS	– (novo)	Imposto estadual/municipal IVA. Alíquota padrão estimada ~17–18% ⁴⁴ ⁷ (Estados/municípios podem ajustar localmente). Base ampla com créditos plenos.
IPI	Federal, alíquota variada (0–15% comuns).	Reduzido a 0% na maioria (exceto ZFM). IPI tradicional extinto; Imposto Seletivo criado para substituir IPI em produtos “pecaminosos”.
Simplex Nacional	Recolhimento unificado (anexo variado).	Manteve-se o regime unificado ²⁶ . Mas empresas Simplex perderão parte dos créditos de CBS (fonte a validar) ⁴⁵ .
Seleção/Regimes	–	Algumas operações (educação, saúde, esportes, cultura, etc.) receberão alíquota zero ou reduzida de IBS/CBS. Serviços financeiros e imobiliários terão regras específicas (ainda a regulamentar).

*Valores ilustrativos; alíquotas finais e regras específicas serão definidas em regulamentos e leis complementares.

Comparativos de Carga: A carga efetiva de tributo sobre bens/serviços tende a ficar similar. Estima-se que a carga combinada de IBS+CBS gire em torno de 26–28% ⁴⁶ ⁷. Por exemplo, o blog Contabilizei menciona ~28% (dividido em ~18,7% IBS + 9,3% CBS) ⁷ (fonte a validar), enquanto especialistas do Ministério falam em 26,5% após ajuste de incentivos fiscais até 2031 ⁴⁶ (fonte a validar). O importante é que essa alíquota global substitua carga atual (ICMS+ISS+PIS+Cofins), mantendo preço final de consumo similar.

Exemplos Práticos por Setor

- **Comércio (venda de mercadoria):** Considere um varejista que vende mercadorias com base de R\$1.000 e adiciona valor bruto de R\$200. Hoje ele pagaria ICMS sobre R\$1.000 (ex.: 18% de R\$1.220 = R\$219,60, já incluso) e destaque de PIS/Cofins ~9,25% sobre R\$1.000. No novo modelo, supondo IBS 18% e CBS 9% (total 27%), ele destacaria IBS = R\$180 e CBS = R\$90 sobre R\$1.000, permitindo crédito dos tributos pagos na compra (o que reduz seu imposto devido). Cada etapa pagará imposto só sobre o valor agregado. Por exemplo, fornecedor -> comerciante -> consumidor têm cálculos de IVA por diferencial (ver exemplo do suco abaixo).
- **Indústria:** Exemplo da fabricação de suco (extraído do blog Contabilizei) ³¹: um produtor vende frutas por R\$10 (alíquota fictícia 10% de IBS → R\$1). O fabricante vende suco por R\$15 (valor agregado R\$5, IBS 10% sobre R\$5 → R\$0,50). O supermercado vende por R\$25 (valor agregado R\$10, IBS 10% sobre R\$10 → R\$1,00). O consumidor final paga R\$2,50 de imposto (soma de todas as etapas) ³¹. Esse exemplo ilustra a não-cumulatividade: cada etapa paga só sobre o que agregou. O mesmo vale para a CBS federal no âmbito de PIS/Cofins.
- **Serviços:** Considere um serviço de TI prestado por R\$1.000. Hoje incidiria ISS (ex.: 5% → R\$50). No novo modelo, assume-se que ao invés de ISS, aplicamos IBS (parte destinada ao município) e CBS (federal). Por exemplo, se o IBS efetivo for 18,7% e CBS 9,3% sobre R\$1.000, teríamos IBS de R\$187 e CBS de R\$93, total R\$280. No entanto, na prática municípios poderão estabelecer alíquotas locais menores para serviços (isenções ou alíquotas específicas). O ponto é que o “imposto sobre serviços” deixa de existir como tributo separado, passando a entrar na base do IBS, sujeito a repartição entre Estado/Município.
- **Atacado/Distributors:** Para operações de atacado (empresas vendendo para outras empresas), a principal mudança será no crédito fiscal. Empresas ainda poderão creditar IBS/CBS pagos na compra de insumos. Por exemplo, um atacadista que compra mercadorias já pagou ICMS/PIS/Cofins antes; sob o novo regime ele lançará crédito de IBS e CBS sobre o valor de compra, reduzindo o imposto cobrado na venda final. Isso incentiva maior previsibilidade na cadeia de abastecimento.

Adequação de Sistemas, ERP e NF-e/NFC-e

Os sistemas fiscais e ERPs precisarão incorporar as novas regras. Em resumo: **atualizar esquemas XML, tabelas e validações**. Conforme nota técnica do NF-e, em 2025 devem ser utilizados novos schemas (Pacote de Schemas NT 2025.002 v1.10) com campos de IBS/CBS/IS ¹⁶. Os campos serão opcionais em homologação até out/25 e em produção até dez/25 ⁴⁷; a partir de jan/2026, devem ser obrigatórios e validados conforme regras definidas (CSOSN, CST-IBS/CBS, etc.) ¹⁵ ¹⁶. O QR Code da NFC-e mudará para a versão 3.0 (NT 2025.001) visando maior segurança e simplificação do CSC ¹⁷ ¹⁸. Sistemas de ERP devem: - Incluir grupos *ICMSTot* com `<vBCIBS>`, `<pIBS>`, `<vIBS>`, `<vBCCBS>`, `<pCBS>`, `<vCBS>` (no total da NF-e) e campos correlatos em cada item (CSOSN/PIS/Cofins estão

sendo substituídos pelo CST-IBS/CBS). - Atualizar tabelas de CFOP e NCM (por exemplo, carregar CFOP 3552 e demais constantes do Ajuste SINIEF ³⁵ ; novas finalidades de NF-e e eventos). - Implementar validações conforme a **Tabela de Indicadores de CST** (que define quando preencher vBCIBS, vBCCBS, etc. para cada CST-IBS/CBS) ³³ . - Tratar o imposto seletivo (IS) nos campos próprios (há novas tags no XML para IS). - Gerar e validar o **QR Code v3.0** nas NFC-e, que exige novos campos no cabeçalho (por exemplo, inclusão opcional de CPF no QR para produtores rurais) ¹⁷ . - Atualizar DANFE/NFCE e relatórios fiscais com a nova estrutura e códigos.

Quanto à **Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e)**, a partir de 2025 começará uso do QR Code versão 3.0 ¹⁷ , que não requer CSC (Código de Segurança do Contribuinte) e deve ser implementado no ERP/PDV. O DANFE-NFC-e (cupom fiscal) passará a exibir dados do IBS/CBS e novo QR Code conforme layout definido. A codificação do QR v3.0 e o novo contingenciamento foram detalhados em notas técnicas (por exemplo, exigência de assinatura digital no QR em contingência) ¹⁸ .

Pontos Críticos para Contabilidade e Planejamento Tributário

- **Dupla tributação (cascata) em transição:** A questão mais crítica é como evitar bitributação temporária. Incluir IBS/CBS na base do ICMS/ISS pode aumentar carga sem crédito imediato ²⁰ . Profissionais avaliam que o vácuo legislativo pode gerar litígios. O PLP 16/2025 busca corrigir isso ⁴⁸ , mas até lá há insegurança jurídica.
- **Gestão de caixa no faturamento antecipado:** Com a regra do “finalidade 6”, as empresas pagarão IBS/CBS no faturamento mesmo antes de entregar o bem ²⁵ . Isso pressiona fluxo de caixa, exigindo planejamento financeiro mais rigoroso.
- **Aproveitamento de créditos:** Será essencial mapear créditos de IBS/CBS passíveis de apropriação, especialmente no início da transição, para minimizar custos. Por outro lado, débitos de ICMS/PIS/Cofins serão extintos, então empresas devem liquidar saldos antes ou reinvestir. A LC 214 prevê ressarcimento dos créditos remanescentes de ICMS em 240 parcelas ⁴⁰ , mas a contabilidade precisa acompanhar esse processo.
- **Simplex Nacional:** Pequenos negócios precisam rever custos tributários. Com a menor apropriação de crédito, muitos poderão avaliar migração para regime convencional (já que sob IBS/CBS unificados, calcular alíquotas efetivas muda) ²⁷ .
- **Atualização de tabelas e cálculos:** Todas as planilhas e módulos fiscais serão alterados. Contadores precisam entender as novas tabelas de **CST-IBS/CBS** e **cClassTrib** (grupo UB) e reconfigurar apurações automáticas.
- **Planejamento tributário local:** Estados e municípios terão poder para ajustar IBS localmente. Isso abre espaço para revisão de incentivos estaduais: alguns poderão ser extintos (estimula o fim da “guerra fiscal”), outros mantidos em lei complementar. Empresas devem monitorar ações estaduais, pois a uniformização nacional do IBS pode reduzir disputas judiciais sobre benefícios antigos.

- **Impacto orçamentário interno:** A transição leva tempo, e até 2033 coexistirão dois regimes. A contabilidade interna deve refletir corretamente essa transição gradual (ex.: provisionar diferimentos de tributos e créditos de transição, e reclassificar receitas fiscais).

Em suma, do ponto de vista contábil e tributário, a Reforma exige adaptação completa de processos: revisão de lançamentos fiscais, reclassificação de contas no plano contábil, treinamento de equipes, e atualização de assessoria fiscal. Ao mesmo tempo, traz oportunidades de simplificação e transparência, que empresas bem preparadas podem aproveitar para ganhar eficiência (ex.: diminuir compliance interna e repensar precificação sem tributos “embutidos”).

Exemplo de Código em Pascal (Delphi/Lazarus)

A seguir, um exemplo simples em Pascal que ilustra como incluir no XML da NF-e os campos de IBS e CBS no grupo `ICMSTot`. Em Delphi/Lazarus, utilizando, por exemplo, **TXMLDocument** ou componentes similares:

```
// Exemplo em Delphi: adicionando campos de IBS/CBS no XML da NF-e
var
  IBSSrate, CBSrate, base: Double;
  vIBS, vCBS: Double;
begin
  base := 1000.0;
  IBSSrate := 18.70; // Alíquota IBS (%)
  CBSrate := 9.30; // Alíquota CBS (%)
  vIBS := base * IBSSrate / 100;
  vCBS := base * CBSrate / 100;
  // Supõe-se já existente o nó <infNFe><total><ICMSTot>
  XMLNFe.ChildNodes['infNFe']
    .ChildNodes['total']
    .ChildNodes['ICMSTot']
    .AddChild('vBCIBS').Text := FormatFloat('0.00', base);
  XMLNFe.ChildNodes['infNFe']
    .ChildNodes['total']
    .ChildNodes['ICMSTot']
    .AddChild('pIBS').Text := FormatFloat('0.00', IBSSrate);
  XMLNFe.ChildNodes['infNFe']
    .ChildNodes['total']
    .ChildNodes['ICMSTot']
    .AddChild('vIBS').Text := FormatFloat('0.00', vIBS);
  XMLNFe.ChildNodes['infNFe']
    .ChildNodes['total']
    .ChildNodes['ICMSTot']
    .AddChild('vBCCBS').Text := FormatFloat('0.00', base);
  XMLNFe.ChildNodes['infNFe']
    .ChildNodes['total']
    .ChildNodes['ICMSTot']
    .AddChild('pCBS').Text := FormatFloat('0.00', CBSrate);
  XMLNFe.ChildNodes['infNFe']
    .ChildNodes['total']
```

```

        .ChildNodes['ICMSTot']
        .AddChild('vCBS').Text := FormatFloat('0.00', vCBS);
    end;

```

Esse código cria as tags `<vBCIBS>`, `<pIBS>`, `<vIBS>`, `<vBCCBS>`, `<pCBS>`, `<vCBS>` dentro de `<ICMSTot>`. Em um sistema real, usar-se-iam classes de nota fiscal e métodos próprios do ERP, mas a ideia é mostrar a lógica: calcular o IBS e CBS pela base e inserir no XML. Na implementação final, deve-se também preencher o grupo correspondente no **totais** da nota e outros campos (ex.: `vICMS`, `vISent`, etc.), observando as novas NTs.

Conclusão

A Reforma Tributária brasileira em consumo reorganiza profundamente impostos de estados, municípios e União, com o objetivo de simplificar o sistema. Entretanto, traz uma **transição complexa**: exige adaptação de sistemas (ERP, NF-e), contas fiscais, fluxos de caixa e planejamento tributário. Os períodos de testes (2026–2027) e de transição (2029–2032) permitem ajuste gradual, mas ficar atento às regras é crucial. Fontes oficiais (Ministério da Fazenda, normas da RFB) devem guiar a implementação. Nossa pesquisa compilou dados atualizados das leis (EC 132/2023; LC 214/2025), cronogramas oficiais ^{37 11} e análises especializadas ^{1 49}. As informações não oficiais (como estimativas de alíquotas em blogs) são marcadas como *fonte a validar* e devem ser confirmadas por normativos finais. Neste cenário nacional, as empresas de comércio, indústria e serviços devem revisar operações, tributos e sistemas, priorizando compliance e buscando eficiência tributária.

Fontes: Leis e PECs (EC 132/2023, LC 214/2025) ^{1 12}, portal oficial do Ministério da Fazenda ^{37 2}, documentação da NF-e (NTs 2025.002, 2025.001) ^{15 19}, análises jornalísticas e técnicas ^{10 50}, e outros materiais setoriais. (Algumas fontes especializadas em contabilidade e tecnologia foram usadas para exemplos práticos (*fonte a validar*) ^{3 7}.)

^{1 9 10 13 14 26 27 40 43 45 49} Reforma tributária: confira o guia completo e tire suas dúvidas!

| Thomson Reuters

<https://www.thomsonreuters.com.br/pt/reforma-tributaria.html>

^{2 4 23} Reforma Tributária — Ministério da Fazenda

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/futuro-seguro/reforma-tributaria>

^{3 5 11 22 37 38 39 41} gov.br

https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/arquivos/perguntas-e-respostas-reforma-tributaria_.pdf

^{6 28 46} IBS e CBS: Como Funciona os Novos Tributos sobre Bens e Serviços

<https://portaldacontabilidade.clmcontroller.com.br/ibs-e-cbs-como-funciona-os-novos-tributos/>

^{7 29 30 31} IBS - Imposto sobre bens e Serviços: O que é e qual será a alíquota? | Blog da Contabilizei

<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/reforma-tributaria/artigo/ibs-imposto-sobre-bens-e-servicos/>

^{8 20 21 48 50} Reforma tributária: IBS e CBS podem aumentar carga do ICMS, ISS e IPI

<https://www.contabeis.com.br/noticias/72526/reforma-tributaria-ibs-e-cbs-podem-aumentar-carga-do-icms-iss-e-ipi/>

^{12 42} Leia a íntegra da Lei Complementar 214/2025, que regula a reforma tributária

<https://www.reformatributaria.com/leia-a-integra-da-lei-complementar-214-2025-que-regula-a-reforma-tributaria/>

15 16 47 **Pacote de schemas: Fisco faz mais atualizações referentes à NFe**

<https://www.reformatributaria.com/pacote-de-schemas-fisco-faz-mais-atualizacoes-referentes-a-nfe/>

17 18 **NFC-e: Atualização do QR Code para a Versão 3.00**

<https://www.varitus.com.br/nfce/nfc-e-atualizacao-do-qr-code-para-a-versao-3-00/2785/>

19 33 34 **Fisco publica tabelas de Código de Classificação Tributária, CST e Classificação do Crédito Presumido do IBS e da CBS**

<https://www.reformatributaria.com/fisco-publica-tabelas-de-codigo-de-classificacao-tributaria-cst-e-classificacao-do-credito-presumido-do-ibs-e-da-cbs/>

24 25 **Reforma tributária exige nota fiscal em faturamento antecipado**

<https://www.contabeis.com.br/noticias/72055/reforma-tributaria-exige-nota-fiscal-em-faturamento-antecipado/>

32 36 **Portal da Nota Fiscal Eletrônica**

<https://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/listaConteudo.aspx?tipoConteudo=hXzemuyNHW4=>

35 **cfop_cvsn_70_vigente — Conselho Nacional de Política ... - Confaz**

https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/sinief/cfop_cvsn_70_vigente

44 **Reforma Tributária: guia completo sobre IVA, IBS, CBS e IS - Tax Group**

<https://www.taxgroup.com.br/intelligence/reforma-tributaria-guia-completo-sobre-iva-ibs-cbs-e-is/>